

HIERARQUIA, LIBERDADE E EXCLUSÃO (Reflexões sobre a identificação da Área Indígena Rio Apapóris)¹

Jorge Pozzobon²

Em abril de 1994, um Grupo de Trabalho da FUNAI esteve no Rio Apapóris, no Estado do Amazonas, a fim de identificar e delimitar a área ocupada pelos índios de lá. Esses índios pertencem aos grupos lingüísticos Tukano e Maku, cujos maiores contingentes populacionais se encontram nas áreas indígenas Alto Rio Negro e Médio Rio Negro. Embora os índios do Apapóris pertençam cultural e geograficamente ao complexo multi-étnico do Rio Negro, eles vinham sendo excluídos de todas as identificações de área indígena efetuadas na região, excetuando-se a de 1986, que sequer foi reconhecida pela FUNAI, devido a pressões exercidas pelo Conselho de Segurança Nacional, através do Projeto Calha Norte, e pela empresa mineradora Paranapanema. Este artigo aborda alguns aspectos históricos, etnográficos e políticos da Área Indígena Rio Apapóris, tentando mostrar a continuidade e algumas diferenças entre ela e a região do Rio Negro. O tema da hierarquia, que ensejou o título, será abordado ao longo do texto a fim de mostrar que uma pretensa dominação política dos Tukano sobre os Maku não é uma prática social efetiva, mas uma ideologia étnica de origem Tukano. Veremos que, passando a ter vigência entre os brancos (inclusive entre alguns acadêmicos), essa ideologia justificou ações perniciosas e até nefastas para o conjunto dos índios do Rio Negro.

ÍNDIOS DO RIO E ÍNDIOS DO MATO. Para os que não estão familiarizados com a realidade multi-étnica do Rio Negro e adjacências, é preciso dizer que a área é habitada por cerca de 20 mil índios, pertencentes a três famílias lingüísticas distintas: Aruak, Tukano e Maku. A família Aruak inclui na região as línguas Baré, Tariana, Werekena e Baniwa, cada qual falada por um grupo indígena distinto. Tais grupos são o que se poderia chamar de grupos lingüísticos. A família Tukano abarca mais de dez grupos lingüísticos, entre os quais se destacam os Tukano propriamente ditos, os Desana, Barasana, Piratapuia, Tuyuka, Cubeo e Uanano. A família Maku se divide em seis grupos lingüísticos: os Nukak, Bara, Hupda, Yuhup, Dâw e Nadöb.

Devido a certas diferenças culturais abordadas logo a seguir, estabeleceu-se uma clivagem bastante popular na região. Por fazerem suas aldeias às margens dos rios navegáveis, os Tukano e os Aruak são chamados de índios do rio. Já os Maku, em virtude do habitat florestal em que vivem, são chamados de índios do mato. Outros traços distintivos acompanham essa clivagem geográfica: em suas atividades diárias de subsistência, os Maku põem muito mais ênfase na caça e na coleta que os Tukano e Aruak, que se dedicam mormente a uma intensa horticultura de abate e queima e a uma pesca que lhes garante o suprimento diário de proteínas.

Os padrões de aldeamento também são sensivelmente distintos: as aldeias Tukano e Aruak são grandes, envolvendo muitas vezes mais de cem pessoas, ao passo que os Maku se distribuem em pequenas aldeias de 25 pessoas em média. Como se pode esperar, esses pequenos grupos locais são muito mais móveis que os grupos ribeirinhos, não só em função da caça e da coleta, mas também por serem politicamente muito mais instáveis. Esfacelam-se facilmente em unidades familiares, que se fundem em novos grupos, sendo este o modo como costumam resolver suas contendas internas. Já os Tukano e os Aruak mantêm a coesão social através de uma hierarquia que engloba desde as relações entre irmão mais velho e irmão mais novo até as relações entre os clãs seniors e os clãs juniors em que se divide cada grupo lingüístico.

¹ Este artigo inclui dados de minha tese de doutoramento, *Parenté et démographie chez les Indiens Maku*, defendida em 1992 na Université Paris VII, bem como dados do Grupo de Trabalho nomeado pela FUNAI (portarias presidenciais Nº 1247, de 16/12/93, e 1257, de 21/12/93) para a identificar as áreas indígenas Médio Rio Negro, Rio Têa e Rio Apapóris, da qual fizemos parte Ana Gita de Oliveira, antropóloga da FUNAI e coordenadora do GT, Márcio Meira e eu, ambos como antropólogos convidados. A identificação do Têa e do Médio Rio Negro ocorreu em janeiro de 1994. A do Apapóris, em abril do mesmo ano.

² Antropólogo, Consultor do PNUD na FUNAI.

Com efeito, cada um desses grupos ribeirinhos, seja o grupo Desana, por exemplo, se compõe de um certo número de clãs patrilineares hierarquizados. Cada clã ocupa um trecho do rio e possui uma aldeia sede, em torno da qual se estabelecem eventualmente aldeias menores para abrigar os sub-clãs. Os clãs de mais alta hierarquia, chamados chefes, se estabelecem perto da foz dos rios, onde as águas são mais piscosas. Seguem-se os clãs dos guerreiros, dos cantores, dos xamãs e finalmente dos servos, que se estabelecem perto das cabecerias dos rios. A classificação ribeirinha engloba também os Maku, colocados abaixo dos clãs ribeirinhos inferiores.

Uma das características mais surpreendentes dos índios do rio, em especial dos de fala Tukano, é a exogamia lingüística. Os Desana, para tomar o mesmo exemplo, não se casam entre si, mas com os Dahséa (ou Tukano propriamente ditos). Resulta que marido e mulher falam línguas diferentes, mas a situação nada tem a ver com uma Babel selvagem: maridos e mulheres compreendem as línguas uns dos outros, embora façam questão de não misturá-las, pois a mistura de línguas é percebida como uma espécie de desordem cosmológica. Quanto ao status hierárquico dos cônjuges, espera-se que se casem indivíduos de igual hierarquia. Por exemplo, um homem do clã dos chefes dos Desana com uma mulher do clã dos chefes dos Dahséa. Os filhos deste casamento são Desana, sendo a patrilinearidade um dos valores mais altos da cultura ribeirinha. A família mora na aldeia de origem do marido. O casamento ribeirinho é tradicionalmente patrilocal.

Dado o seu status hierárquico muito baixo, os Maku são excluídos dos casamentos ribeirinhos. Para os índios do rio, a inferioridade dos Maku provém de sua quase animalidade. O signo desta animalidade é a tendência florestal dos Maku. São quase animais porque andam a pé pelos caminhos em vez de navegarem de canoa pelos rios, como convém aos humanos. Também porque estão sempre a vagar pelo centro da floresta, longe da fonte da humanidade, que são os rios. Mas sobretudo porque não têm divisões hierárquicas, vivendo misturados entre si, numa promiscuidade que para os índios do rio é animalasca: eles se casam com falantes da mesma língua e suas aldeias nada tem de patrilocais, envolvendo parentes e afins de ambos os sexos.

Os Maku também acham que os índios do rio não são humanos, mas em vez de concebê-los como animais, eles os classificam na mesma categoria em que põem as cobras venenosas, os escorpiões, as onças, os brancos e todos os outros seres perigosos do universo. Os Maku temem os ribeirinhos por sua feitiçaria, que reputam eficaz em seus efeitos maléficos. Quando são obrigados a ir até uma aldeia Tukano, costumam se preparar: assopram encantamentos protetores uns nos outros, para não se contaminarem com os miasmas espirituais que emanam das aldeias ribeirinhas.

A despeito dessas imagens mutuamente depreciativas, os Maku e os índios do rio (sobretudo os Tukano) estão engajados num sistema de trocas intertribais no qual os Maku entram com carne de caça defumada e produtos do centro da mata, tais como cipós, frutos selvagens, venenos de caça, folhas de palmeira para cobrir as casas. Trocam esses itens por folhas de coca maceradas (ipadu), farinha de mandioca, beijus e produtos industrializados de segunda mão, que recebem dos Tukano quando estes conseguem itens mais novos ao trabalharem para os comerciantes locais.

As trocas não são reguladas por um sistema fixo de valores, mas pela qualidade das relações entre os grupos envolvidos. Se uma família Maku está em boas relações com uma família Tukano, é freqüente que a primeira visite a a segunda, oferecendo carne de caça, produtos da floresta ou mão de obra para ajudar na abertura de roças, no plantio ou na colheita. Porém, essas relações tendem à deterioração. Com o tempo, os Maku vão se sentindo mal pagos; os Tukano começam a perceber a voracidade com que os Maku esgotam-lhes as roças, os rios e a caça do entorno, já minguada pela maior densidade demográfica ribeirinha. No auge das tensões, os Maku costumam se retirar, praticando às vezes uma certa pilhagem nas roças ribeirinhas, o que acham muito divertido, pois os Tukano só se dão conta do estrago alguns dias depois, quando os pés de mandioca começam a murchar, devido a não terem mais as raízes, que os Maku as levaram embora em seus cestos, na calada da noite.

HIERARQUIA E LIBERDADE. Por aí se vê que os Maku, embora sejam tidos na região como os escravos dos índios do rio, têm grande liberdade de ir aonde bem lhes parece. Na verdade, a escravidão Maku é muito mais uma ideologia étnica do que uma

prática social efetiva, ideologia que os próprios Maku adotam tão simplesmente porque isto lhes traz vantagens indiscutíveis, como, por exemplo, o acesso aos produtos industrializados sem terem que trabalhar para os comerciantes brancos. Ou o acesso aos produtos cultivados sem o ônus da sedentarização necessária a uma horticultura tão produtiva quanto a dos índios do rio. Na verdade, os Maku não gostam de plantar. Suas roças são pequenas, mal cuidadas e não chegam a produzir sequer um terço do que produzem as roças Tukano (Cf. Goldman, 1963). Estando entre os Tukano, eles livram suas pequenas roças do esgotamento, guardando-as para a produção de bebidas alcoólicas, que tanto apreciam em suas festas. Se produzissem tanto quanto seus vizinhos, os Maku perderiam a mobilidade e com ela, a possibilidade de resolverem seus conflitos internos por meio da fissão das aldeias. "Quando a gente briga, a gente vai embora e fica lá até passar a raiva." Esta frase, dita por um deles a propósito de uma das várias brigas que presenciei, resume a sociologia política Maku (Cf. Pozzobon, 1992). Os Maku querem manter a própria mobilidade e ainda ter acesso à agricultura. Isto significa transacionar com os índios do rio e aceitar serem tidos como inferiores.

Para entender corretamente a relação Tukano-Maku, é preciso ter em mente que a hierarquia, como mostra Dumont (1966), não deve ser confundida com o poder e a dominação que dele resulta. Em determinados contextos sociais, dominação e hierarquia se complementam, formando um sistema social complexo e de difícil teorização, como é o caso, por exemplo, das sociedades medievais. Mas no Rio Negro, o fenômeno hierárquico aparece em estado puro, sem o constrangimento da dominação -- ou muito pouco impregnado por ela. Se é verdade que os Maku assumem diante dos índios do rio uma atitude servil, isto não quer dizer que sejam efetivamente explorados e dominados pelos seus pretensos "patrões", como se poderia supor a partir de observações ou informações superficiais. A confusão entre hierarquia e dominação decorre de que na sociedade ocidental a hierarquia sempre aparece como um instrumento de poder e dominação. Isto leva até mesmo os pesquisadores mais avisados a acreditarem numa conexão necessária entre hierarquia e dominação: havendo a primeira, a segunda fatalmente se revela como sua causa profunda.

Ao contrário do que sugere Cardoso de Oliveira (1976), é um erro supor que os Maku são cativos dos Tukano. O visitante desavisado pode ter essa falsa impressão baseado no aparente servilismo doméstico dos Maku. De fato, quando estão nas aldeias ribeirinhas, os Maku permanecem cabisbaixos e calados. Comem depois de todos. Cumpram resignadamente as tarefas para as quais são chamados, que incluem a construção de casas ou a abertura de novas roças, bem como os trabalhos agrícolas propriamente ditos. Ao fim do dia, retiram-se para umas palhoças precárias na orla da floresta, além das plantações ribeirinhas, como se fosse vergonhoso tê-los dentro da aldeia. Mas aí, eles estão longe das vistas Tukano. Podem caçar e pescar sem serem importunados. Em pouco tempo, não há mais pássaros, peixes, abelhas ou frutos selvagens nas redondezas da aldeia ribeirinha. Quando a situação atinge o ponto de não retorno, com ambas as partes insatisfeitas, acusando-se uns de predadores e outros de avarentos, os Maku podem até fugir com a mandioca obtida de forma oblíqua e dissimulada. Podem sumir no interior da floresta, onde os índios do rio não ousam procurá-los (Cf. Silverwood-Cope, 1990). E como estes são bem mais numerosos, não faltam "patrões" para os Maku estabelecerem novas relações de troca e de "servidão".

O fenômeno tampouco tem a ver com a simbiose, como sugere Ramos (1980). Na verdade, o que se passa é uma série de tentativas mútuas de exploração, em que o Maku procura tirar o máximo proveito da roça e do entorno da aldeia Tukano, enquanto o Tukano tenta fazê-lo trabalhar por umas bagatelas, como facões de cabo quebrado, machados gastos ou ipadu de má qualidade. O conceito de simbiose só faz esvaziar o conteúdo político da relação, nomeadamente o seu caráter hierárquico. Além do mais, não dá conta da instabilidade que caracteriza as transações entre os dois grupos. Relações simbióticas não são instáveis, nem terminam num paroxismo em que uma das partes desaparece num ambiente que a outra desconhece. Nem simbiose, nem cativo, nem dominação: trata-se de hierarquia, uma hierarquia fundada sobre certa concepção de humanidade, que é a dos índios do rio, mas que os Maku adotam devido às vantagens evidentes que isto lhes traz.

É preciso considerar por fim um outro aspecto favorável da relação Tukano-Maku. Por viverem às margens dos rios, os Tukano (e os Aruak) têm acesso muito mais fácil aos

produtos industrializados, que conseguem trabalhando para os comerciantes da região, segundo o velho sistema de aviação: os índios recebem mercadorias, que devem pagar com bolas de borracha, fardos de piaçaba, paneiros de farinha e assim por diante, estabelecendo dívidas que dificilmente conseguem saldar (Cf. Meira, 1992). Em geral, os Maku estão livres dessa exploração, não apenas por viverem no interior da floresta, mas porque os índios do rio não gostam que eles entrem em contato direto com os brancos, de modo que declaram desconhecer onde estão os Maku, despistando os comerciantes e mesmo os missionários salesianos. Resulta que a "inferioridade" dos Maku os tem resguardado da descaracterização cultural e dos flagelos que a acompanham, como o alcoolismo, as brigas violentas, as doenças...

Demonstram-no dois grandes povoados Maku que os salesianos criaram, reunindo aldeias antes separadas, cujos habitantes não moravam juntos, sob o pretexto de torná-los fortes e independentes. Os Maku permanecem nesses povoados na esperança de ganharem mercadorias e assistência médica. Mas devastam as redondezas muito mais rapidamente do que nas pequenas aldeias, que podem se mudar facilmente quando a caça rareia em determinada área. Esses grandes povoados são sedentários e demasiado populosos para uma economia baseada na caça. Em vista disso, estão sempre em crise alimentar, o que resulta em disseminação de doenças e na maior dependência dos medicamentos fornecidos pelos brancos. É um ciclo vicioso. A disseminação de doenças é propiciada também pela concentração de pessoas cujos padrões de higiene não se adaptam às aglomerações. Por outro lado, o modo tradicional de resolver as contendas fica prejudicado, uma vez que os índios se sedentizam para ter acesso a mercadorias e remédios. Em consequência, as brigas se tornam violentas e resultam não raras vezes em mortes. Muito mais racional do que educar os Maku para padrões de higiene estranhos ao ambiente florestal, muito mais racional do que exortá-los a plantar mais ou a brigar menos, é deixá-los ocupar seu território segundo fazem há séculos, em suas aldeias pequenas e móveis, dando-lhes inclusive a possibilidade de se abastecerem de produtos cultivados junto aos índios do rio.

APAPÓRIS: UMA INESPERADA MAIORIA MAKU. O Rio Apapóris deságua no Rio Japurá, um dos grandes afluentes setentrionais do Amazonas, como o Iça e o Negro. Ao contrário deste último, cujo leito é cheio de corredeiras e pedras submersas, o Japurá é inteiramente navegável até a fronteira da Colômbia. Isso levou a um padrão diferenciado de expansão dos brancos. Enquanto o Rio Negro foi protegido por sua topografia ingrata e pela presença de missionários -- que embora provocassem mudanças culturais incontestáveis, souberam proteger os índios do genocídio -- o Japurá foi devastado pelos descimentos durante os séculos XVII e XVIII e pelo ciclo da borracha no século XIX. O resultado foi uma impressionante depopulação indígena em suas margens. Sobraram apenas os Maku, por morarem longe das margens, e alguns Tukano do Apapóris, que se retiraram para o interior da floresta, em pleno território Maku.

O contato entre os índios do Apapóris e a sociedade nacional só se tornou efetivo com a Segunda Grande Guerra, que revitalizou o extrativismo da borracha natural. Novas hostes seringueiras passaram a freqüentar o Japurá e o Apapóris, subindo inclusive até o Traíra, onde moravam os Tukano, que ali se haviam refugiado ainda no século XIX, e os Maku, que já moravam na área desde tempos imemoriais. Por volta de 1940, eclodiu uma epidemia de sarampo no Apapóris, infligindo grandes perdas entre os índios do rio, principalmente entre os Tuyuka que moravam às margens do Traíra (Pozzobon, 1984). Os Maku também foram atingidos, mas o que provavelmente refreou a mortandade entre eles foram seus padrões tradicionais de ocupação espacial, isto é, as pequenas aldeias dispersas numa vasta área e separadas por vários dias de caminhada ou a remo. Com a mortandade Tuyuka, os Maku se tornaram maioria na área, passando a freqüentar livremente as margens do Traíra e do Apapóris, sobretudo após o fim da guerra e a partida dos seringueiros.

Por volta de 1960, os Maku do Apapóris se distribuía em três aldeias: uma na foz Igarapé do Preguiça, outra na beira do Traíra (perto da Cachoeira das Andorinhas), e uma terceira na beira do Igarapé Castanho, tributário do Traíra. Quando os visitei pela primeira vez, em 1981, estavam vivendo alguns na foz do Preguiça e o restante numa aldeia às margens do Igarapé Piranha, que deságua na margem esquerda do Apapóris, 3 km abaixo da boca do Traíra (Pozzobon, 1984). Havia também famílias Tuyuka, Tukano e Yepá Mahsã

na área. Todas elas ainda mantinham as relações tradicionais de troca com os Maku. As condições estavam dadas para uma coexistência relativamente pacífica entre os brancos índios do Apapóris, já que os moradores da Vila Bittencourt, único núcleo urbano realmente próximo daquela área, pouco se interessavam pelos índios (a Vila Bittencourt, nascida com a instalação de um pelotão de fronteira em 1937, tem estado em total letargia desde então, interrompida apenas por surtos econômicos passageiros, como o da borracha ou, mais recentemente, o do ouro).

Essa calma tinha seus dias contados. O Apapóris fora excluído dos 1.020.000 ha propostos para a área de Pari-Cachoeira pela FUNAI em 1979 (Portaria 546/N de 299/7/1979), a pesar dos estreitos laços que unem os índios das duas áreas. Essa exclusão se deveu certamente a uma interpretação errônea das relações Tukano-Maku por parte dos responsáveis pela identificação da área. Feita a partir de Pari-Cachoeira, no alto Rio Negro, onde os Tukano são majoritários, tal identificação assumiu o ponto de vista dos índios do rio, que costumam excluir os Maku da esfera da humanidade. E como no Apapóris a maior parte da população indígena é Maku, predominou na identificação da FUNAI o ponto de vista ribeirinho sobre o território.

Ocorre que a exclusão praticada pelos índios do rio é o que se pode chamar de exclusão hierárquica, isto é, aquela que aparentemente expulsa do universo os seres de comportamento divergente, mas que precisa estruturalmente deles para dar sentido ao próprio universo. O conceito Tukano de humanidade não seria o mesmo se não existissem os Maku. Os Tukano se definem expulsando-os metaforicamente da humanidade. Se os responsáveis pela identificação de 1979 tivessem percebido isso, a FUNAI teria reconhecido desde aquela época o Apapóris como parte da área indígena do Alto Rio Negro. A exclusão praticada pela FUNAI interpretou a exclusão hierárquica como exclusão de fato, como se os Maku do Apapóris fossem "o outro" em sentido absoluto, isto é, índios que deviam ser beneficiados por um "outro" processo de identificação. Enfim, a mesma ilusão que levou alguns acadêmicos a acreditarem no cativo Maku, levou os técnicos da FUNAI a não considerarem o Apapóris como parte do complexo multi-étnico do Rio Negro. Alguns anos mais tarde, essa exclusão traria conseqüências funestas para todo o Alto Rio Negro.

A CORRIDA DO OURO E A EXCLUSÃO DO APAPÓRIS. A situação aparentemente calma em que se encontrava o Apapóris em 1981 se modificou com a descoberta de jazidas de ouro na Serra do Traíra em 1983. Novas hordas de invasores começaram a percorrer a região, em investidas cada vez mais violentas (Cf. Buchillet, 1990a: 128-9). Tentando resolver o problema da exploração ilegal de ouro em terras indígenas, um Grupo de Trabalho da FUNAI (Portaria 1892/E de 19/5/1985) propôs a inclusão da Serra do Traíra e seu entorno na área indígena de Pari-Cachoeira, que com isto passou de 1.020.000 ha para 1.418.000 ha. Mas a proposta não foi concretizada, sobretudo após a vinda das empresas mineradoras Paranapanema e Gold Amazon para a Serra do Traíra, em agosto de 1985. Com isto, intensificaram-se os conflitos, envolvendo agora os Tukano, os garimpeiros e as duas empresas.

Obtendo as concessões de sua concorrente, a Paranapanema passou a ter o controle exclusivo da região. Constituiu milícia privada e logrou expulsar os garimpeiros. Obteve apoio do Conselho de Segurança Nacional, sob a alegação de que a presença da empresa afastaria do território nacional também os guerrilheiros colombianos e a máfia da cocaína, trazendo paz e segurança para a população local. Enquanto isso, os rumores falavam num massacre de 60 índios, que teria ocorrido na Serra do Traíra em janeiro de 1986 (Wright, 1990: 39).

Preocupada com essas notícias, a FUNAI enviou um novo Grupo de Trabalho à região (Portarias 2003 de 17/1/1986 e 2018 de 4/3/1986). Este grupo propôs incluir na área indígena de Pari-Cachoeira não só a Serra do Traíra, que afirmou ser território tradicional dos Maku, como também a margem esquerda do Traíra e do Apapóris, com todos os tributários brasileiros de ambos os rios, e as cabeceiras dos rios Marié e Curicuriari. Com isto, a área de Pari-Cachoeira passava a ter 2.069.000 ha (Mariz, 1986). Esta proposta tampouco foi concretizada. Sobrepos-se a ela uma outra, vinda das lideranças Tukano de Pari-Cachoeira, que, num "acordo de honra" com a Paranapanema, concordaram em fixar a área em 1.152.000 ha, deixando de fora os rios Traíra e Apapóris, bem como as cabeceiras do Marié e do Curicuriari. Particularmente grave é o fato de os Maku não terem sido sequer

consultados, eles que são habitantes imemoriais da área excluída (Cf. Informação 005/DPI/5a SUER/FUNAI/1987).

Entretentes, tramitava na Presidência da República o Projeto Calha Norte, proposto pelo Conselho de Segurança Nacional em junho de 1985 como um programa de ocupação, desenvolvimento e segurança da fronteira setentrional do país. O Noroeste da Amazônia fora escolhido como área de teste para o programa. As atividades do Projeto Calha Norte resultaram em mais um decréscimo territorial na Área Indígena Pari-Cachoeira: três áreas descontínuas foram criadas, Pari-Cachoeira I, Pari-Cachoeira II e Pari-Cachoeira III, que somavam um total de 480.000 ha, cerca de 1.600.000 ha a menos do que na proposta de Mariz (1986). Além disso, essas três áreas passaram a ser "colônias indígenas", figura fundiária criada no âmbito do Projeto Calha Norte para designar as terras indígenas ocupadas por índios "aculturados". No entender dos mentores do projeto, os índios "aculturados" podiam participar de um programa de rápida assimilação econômica (Decretos 94.945 e 94.946, ambos de 1987).

A Constituição de 1988 forneceu as bases para rejeitar as "colônias indígenas", pois não aceita a distinção entre "índios aculturados" e "índios não aculturados". Revogaram-se as "colônias indígenas" (Decreto interministerial no de 20/11/1989): as antigas "colônias" de Pari-Cachoeira I, II e III passaram a ser áreas indígenas, mas dado que são descontínuas e afastadas do Apapóris, os índios que habitam as margens e os tributários deste rio ficaram totalmente fora de qualquer área indígena reconhecida pelo Governo Brasileiro.

Baseadas no artigo 129 da nova Constituição, as lideranças indígenas de Pari-Cachoeira requereram junto ao Ministério Público a urgente demarcação da área indígena única e contínua do alto Rio Negro, com uma extensão de 8.150.000 ha (Cf. Buchillet, 1990b). Em 1992, a FUNAI manifestou-se favorável à proposta, porém o processo se encontra até hoje retido no Ministério da Justiça, devido à pressões exercidas principalmente por setores militares e pelo Governo do Estado do Amazonas. Como se vê, a simples exclusão do Apapóris, para onde se voltaram a partir de 1986 as atenções dos garimpeiros, das empresas mineradoras e dos militares, trouxe nos anos seguintes o esfacelamento de uma área única e contínua, cenário de um sistema social complexo e hierarquizado, onde cada grupo indígena tem o seu lugar previsto, inclusive os Maku. E mais uma vez a violência simbólica, exemplificada aqui na confusão entre exclusão hierárquica e exclusão de fato, teve efeitos perversos na realidade concreta.

Em 1992, a Paranapanema se retirou da região do Traíra, após constatar que o ouro existente não podia ser explorado em escala industrial. Deixou-a totalmente desprotegida, de modo que logo após a sua retirada, novas ordas de garimpeiros passaram a freqüentar o Rio Traíra, território imemorial dos Maku do Apapóris. Cerca de 800 homens, entre colombianos e brasileiros, estabeleceram-se ilegalmente na antiga base da Paranapanema, que passou a se chamar "garimpo do José Altino". Quase em frente a este garimpo, na margem direita do Rio Traíra, portanto em território colombiano, há um local chamado Garimpito, onde campeia o banditismo, o tráfico de armas, drogas e bebidas, e onde mulheres indígenas se prostituem em troca de roupas, latas de conserva, perfumes e outras bugigangas. É por lá que os "garimpeiros do José Altino" chegam ao Traíra. Eis o resultado final da exclusão do Apapóris.

OS MAKU DO APAPÓRIS E SEUS VIZINHOS. Os Maku passaram evitar a "base" da Paranapanema, procurando concentrar suas atividades de caça e pesca no baixo Apapóris, à jusante da boca do Traíra. A Área Indígena Rio Apapóris, tal qual foi identificada pela FUNAI em abril de 1994, é habitada exclusivamente por índios. Os pouquíssimos brancos que se casaram com índias da área (3 ao todo) moram fora dela com suas esposas. Quando visitam os parentes das esposas, hospedam-se nas casas dos índios e assumem os usos indígenas, não apresentando pretensões territoriais.

Não há madeireiros, serigueiros ou qualquer espécie de posseiro não indígena. Quanto aos garimpeiros, eles se encontram à montante da área, num trecho que deverá fazer parte da Área Indígena Alto Rio Negro (Buchillet, 1990a) quando esta for aprovada. De qualquer forma, o garimpo está fora da Área Indígena Apapóris, de modo que se trata de uma área de ocupação exclusivamente indígena. É bem verdade que num passado recente (1985), o Governo do Estado do Amazonas, através do ITERAM, tentou colonizar o Apapóris. Trinta e três famílias de Goiânia foram assentadas entre os igarapés Piranha e

Preguiça, cada qual num lote de cem hectares. Mas a colonização fracassou no ano seguinte, em virtude da má qualidade da terra, da falta de um mercado comprador e sobretudo por causa de uma enchente que alagou os lotes e afugentou os goianos.

A população atual desses índios, no lado brasileiro, é de 131 indivíduos. Destes, 100 são Maku do sub-grupo Yuhup. Os 31 restantes pertencem às seguintes etnias: Tukano (12), Yepá Mahsã (10), Tuyuka (8) e Desana (1). Se contarmos os filhos de três casamentos mistos, entre mulheres índias e homens brancos, a população indígena se eleva para 138 - e contando os três maridos não índios, temos 141 habitantes. Mas é preciso ter em mente que os usuários indígenas desse território são mais numerosos, pois as famílias Tuyuka, Tukano e Maku da localidade colombiana de Cacuri (cerca de 30 habitantes) visitam freqüentemente os parentes no lado brasileiro.

Além destes, há cerca de 70 Yuhup no Igarapé Espinho, também na Colômbia. Embora estejam bem mais longe que os habitantes de Cacuri, eles também visitam os Yuhup do Apapóris. Finalmente, se considerarmos a transumância indígena constante entre a área de Pari-Cachoeira e a do Apapóris, o número de indígenas que usam a área do Apapóris para garantir o seu sustento se eleva facilmente para 300.

Os Yuhup do Apapóris são apenas uma parte da totalidade dos Yuhup. Na verdade, esses índios se distribuem em em três aglomerados de aldeias: um deles, com 138 pessoas e 6 aldeias, fica na Área Indígena Pari-Cachoeira I; um outro, com 140 pessoas e 5 aldeias, está na Área Indígena Pari-Cachoeira II; por fim, um terceiro aglomerado de aldeias, com 170 pessoas e 6 aldeias, está na região do Apapóris (70 pessoas, 3 aldeias, estão no lado colombiano). Vale para os Yuhup a descrição que demos acima dos Maku em geral. Cabem aqui apenas algumas observações sobre as especificidades do grupo que mora na área do Apapóris.

Aldeias antigas e atuais dos Yuhup do Apapóris

Aldeias	Distância da Vila Bittencourt (a remo)	1960	1982	1984	1986	1994
Pan Mi	1 hora	x	x	x	x	x
Pahay Mi	1 hora e ½					x
Pedn Bok	4 horas				x	x
Aât Mi	1 dia		x			
Wero She	2 dias	x			x	
Wad Naw Deh	8 dias e ½	x		x		
Total		3	2	2	3	3

Não foram computadas as aldeias do lado colombiano.

Deve-se dizer, em primeiro lugar, que embora eles vivam atualmente às margens de um rio caudaloso, não deixam de praticar a caça, a pesca e a coleta segundo os moldes tradicionais dos Maku. Em segundo lugar, eles mantêm as relações de troca com os índios do rio, que desde tempos remotos caracterizam os laços entre as duas etnias. Como boa parte dos índios do rio mora na Vila Bittencourt, naturalmente eles têm mais acesso aos produtos industrializados. Comerciando com eles, os Yuhup obtêm produtos industrializados de segunda mão.

Em terceiro lugar, os Yuhup não trabalham para patrões brancos, isto é, mantêm uma autonomia econômica que lhes permite ir e vir sem dar satisfação aos coronéis de barranco da região. Eles mudam suas aldeias de lugar conforme fatores que estão ao alcance de suas próprias decisões: disponibilidade de caça em torno da aldeia, qualidade das relações entre seus habitantes, ou entre eles e os índios do rio, ou ainda entre eles e os brancos. O quadro acima, onde aparece a localização das aldeias Yuhup antigas e atuais na área do Apapóris, dá uma idéia de como esse grupo Yuhup têm sabido manter padrões tipicamente Maku de ocupação do espaço, usando alternadamente vários pontos de seu território.

Atualmente, eles moram em três aldeias. A maior, Pedn Bok (São Francisco para os brancos), fica na margem esquerda do Apapóris, a 4 horas a remo da Vila Bittencourt. Há ainda as aldeias do Pahay Mi (Igarapé Jatuarana) e do Pan Mi (Igarapé Preguiça), não muito longe da Vila, também na margem esquerda do Apapóris.

Em 1984, a maior parte deles morava na aldeia do Wad Naw Deh (Abiu), afluente do Bâkâyd Mi (Castanho), que por sua vez deságua no Boyop Mi (Traíra). Essa aldeia ficava a 8 dias e meio a remo da Vila Bittencourt. Nessa época, eles teriam sido instados pelo comandante da Vila a se estabelecerem em Pedn Bok (literalmente: Colina do Cunuri), sob a alegação de que receberiam melhor assistência médica pelo programa ACISO (Assistência Cívico-Social), promovido pelo Exército (Mariz, 1986: 8).

Contribuiu para se fixarem em Pedn Bok a vinda de duas missionárias da ALEM (Associação Lingüística Evangélica Missionária) em 1986. Uma delas mora até hoje nesta aldeia, junto a uma família Yuhup. Sendo a missionária uma fonte de produtos industrializados como roupas, facas, machados, facões, fósforos, etc, os Maku têm permanecido no local, muito embora continuem fazendo suas expedições de caça, suas longas viagens a Pari-Cachoeira e suas visitas periódicas aos Yuhup do Igarapé Espinho, na Colômbia. Quando estive entre eles, em abril de 1994, acompanhando o GT da FUNAI que se destinava a identificar a Área Indígena Rio Apaporis, alguns Yuhup de Pedn Bok estavam preparando uma expedição a Pari-Cachoeira. Acredito que se mudem facilmente de Pedn Bok caso se sintam insatisfeitos com os militares ou com a missionária. Sua autonomia territorial e econômica ainda não foi rompida.

Outros aspectos importantes da cultura Maku também se encontram em pleno vigor entre os Yuhup do Apapóris. Dois exemplos bastam para mostrá-lo. Em primeiro lugar, a língua Yuhup é falada por todos, crianças e adultos, e muitos não falam português. Em segundo lugar, o antigo ritual de Jurupari, com as flautas sagradas que não podem ser vistas pelas mulheres, encontra-se em plena vigência. Enquanto estivemos entre os Yuhup de Pedn Bok, nós do GT da FUNAI ouvíamos a cada entardecer e pela madrugada o ronco grave e solene das flautas masculinas. Uma grande festa estava para acontecer.

ROMPEDO A HIERARQUIA? Os índios família lingüística Tukano são menos representativos na área. Somam um total de 31 indivíduos distribuídos entre São Francisco (a Pedn Bok dos Maku), a aldeia do Jatuarana, a do Preguiça e a Vila Bittencourt. Vivem em regime de autarquia nessas aldeias, pescando e praticando o cultivo da mandioca. Eventualmente trabalham para os brancos na Vila Bittencourt. Às vezes vão ao garimpo no Traíra, mas essas atividades não chegam a ser a base de seu sustento.

É com eles que se revela a especificidade sociológica do Apapóris em relação ao alto Rio Negro. Primeiro, porque são menos numerosos que os Maku. Segundo, porque boa parte desses Tukano não só mora junto aos Maku, como também se casa com eles -- algo que nos lados do Rio Negro é percebido como uma espécie de aberração, quase que uma forma de zoofilia.

Para compreender a situação, é preciso lembrar que todos os índios do alto Rio Negro, sejam eles Tukano ou Maku, contam a ascendência exclusivamente pela linha paterna. Assim, os filhos do casamento de um homem Tukano com uma mulher Maku são Tukano, ao passo que os filhos do casamento de uma mulher Tukano com um homem Maku são Maku.

Dado que os Maku são seres inferiores aos olhos dos Tukano, o casamento entre uma mulher Tukano e um homem Maku é visto como coisa abominável, pois a descendência desta mulher se degrada na escala social. Já o contrário é tolerado, uma vez que os filhos sobem na escala. Ocorre que no Apapóris 4 dos 8 casamentos Maku-Tukano envolvem homens Maku e mulheres Tukano, fato jamais observado na área do Rio Negro. A maioria numérica dos Maku parece ter resultado numa forma diversa de relacionamento entre as duas etnias. Isso se reflete até mesmo nos fenômenos lingüísticos. No Rio Negro, os Tukano se orgulham de não entenderem os línguas Maku, que consideram um amontoado de sons animalescos. No Apapóris, alguns deles aprenderam a falar o Yuhup.

Esses dados parecem mostrar que no Apapóris já não vale mais a hierarquia que caracteriza as relações Tukano-Maku no Alto Rio Negro. Mas isto é apenas aparência. Os casamentos entre homens Maku e mulheres Tukano no Apapóris envolvem mulheres Tukano de ancestralidade Maku. Todas essas mulheres são filhas de um único casal. A mãe

delas é Maku "pura". O pai é Tukano, mas descende de um casamento entre um homem Tukano e uma mulher Maku. Isto significa que a hierarquia impregna de tal forma o pensamento daqueles índios, que eles preferem levar em conta as relações hierárquicas em detrimento da patrilinearidade quando esta se choca com a hierarquia.

Tentarei ser mais claro. Como vimos acima, uma das característica mais marcantes da cultura ribeirinha é a filiação patrilinear. Por este modo de filiação, um homem Tukano cuja mãe é Maku e o pai é Tukano, continua sendo Tukano. Mas para os demais Tukano, isto é, os que não têm mães Maku, os filhos de mãe Maku trazem um pouco da inferioridade materna. Assim, o pai Tukano das quatro mulheres casadas com homens Maku transmitiu a elas uma certa inferioridade, que vinha de sua própria mãe. Em outras palavras, a hierarquia se imiscui no universo fechado da patrilinearidade, impondo uma estranha filiação matrilinear. Por aí se pode avaliar a sua força. E por aí se vê que ela nada tem a ver com o poder e com a dominação. Apesar de serem absolutamente majoritários no Apapóris, os Maku não se encontram num patamar hierárquico superior ou sequer próximo dos poucos Tukano que existem na região. Aqueles que não tem qualquer ancestralidade Maku moram na Vila Bittencourt e fazem questão de mostrar a própria superioridade.

Temos realmente o direito de intervir nesta situação? Em nome do igualitarismo ocidental? Este artigo parece mostrar exatamente o contrário. O igualitarismo ocidental é um igualitarismo abstrato, simbólico, que mascara uma desigualdade e uma exclusão de fato. A exclusão hierárquica é uma exclusão simbólica, não de fato. Ao excluir simbolicamente, a hierarquia engloba os excluídos num sistema único e integrado. Pensar que os Maku são dominados por seus vizinhos Tukano -- pensar que eles precisam ser libertados e que merecem um território a parte -- pode levar a consequências desastrosas, como a exclusão do Apapóris e o esfacelamento territorial que se seguiu (isto é, as áreas de Pari-Cachoeira I, II e III). Este esfacelamento rompeu uma unidade espacial secular, onde todas as etnias eram englobadas num sistema hierárquico, sim, mas no qual não havia lugar para a dominação e a exclusão de fato. Foram os brancos que a trouxeram.

Cabe agora à FUNAI e às ONGs comprometidas com o bem-estar das populações do Rio Negro e adjacências zelar para ocorra a demarcação definitiva das áreas implicadas e a retirada dos garimpeiros do Traíra, que constituem uma espécie de barreira a separar o Alto Rio Negro e o Rio Apapóris. Com isto, a antiga unidade territorial poderá ser restaurada. Até porque não há outro meio de garantir aos Maku a possibilidade de alterarem o lugar simbólico que ocupam no sistema local de castas -- sé é que algum dia vão querer fazê-lo.

BIBLIOGRAFIA

BUCHILLET, Dominique (1990a). Pari-Cachoeira: le laboratoire Tukano du Projet Calha Norte. *Ethnies*: 11-12.

BUCHILLET, Dominique (1990b). *Os índios da região do alto Rio Negro. História, etnografia e situação das terras*. Laudo antropológico redigido a pedido da Procuradoria Geral da República. Manuscrito, 82 p. + anexos. Brasília.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira.

DUMONT, Louis (1966). *Homo hierarquicus. Le système de castes et ses implications*. Paris: Gallimard.

GOLDMAN, Irving (1963). *The Cubeo: Indians of the North West Amazon*. Urbana: University of Illinois press.

MARIZ, Alceu Cotia (1986). *Relatório sobre a área Indígena Pari-Cachoeira*. Manuscrito. Brasília: FUNAI.

MEIRA, Márcio (1993). O tempo dos patrões. Extrativismo da piaçava entre os índios do Rio Xié (alto Rio Negro). Tese inédita de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

POZZOBON, Jorge (1984). *Isolamento e endogamia. Observações sobre a organização social dos índios Maku*. Tese de Mestrado (não publicada). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

POZZOBON, Jorge (1992). *Parenté et démographie chez les indiens Maku*. Tese de Doutorado (não publicada). Paris: Université Paris VI.

RAMOS, A. R., Org. (1980). *Hierarquia e Simbiose. Relações intertribais no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/INL.

SILVERWOOD-COPE, Peter (1990). *Os Maku: povo caçador do Noroeste da Amazônia*. Brasília: Editora UnB.

WRIGHT, R (1990). Guerres de l'or sur le Haut Rio Negro: stratégies indiennes. *Ethnies*: 11-12.